

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013

1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município de Curitiba foram elaboradas de acordo com os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e as práticas contábeis emanadas pela Lei nº 4.320/1964. Foram respeitados os ditames das NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT – 16, da Resolução CFC nº 1.111/07 que aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº 750/93 que trata da interpretação dos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público e da Resolução CFC n.º 1.282/10 que atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93. Desse modo, os valores apresentados nos Demonstrativos e Balanços exigidos pela Lei 4.320/64, encontram-se em consonância com as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, aprovada pela Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012-STN.

2 – Composição das Entidades Consolidadas

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das seguintes entidades municipais:

2.1 – Administração Direta

Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC;

2.2 – Autarquias

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC;

Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP;

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba - IPMC;

Instituto Municipal de Turismo - IMT.

2.3 – Fundações

Fundação Cultural de Curitiba - FCC;

Fundação de Ação Social - FAS.

2.4 – Fundos

Fundo de Urbanização de Curitiba - FUC;

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;

Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba - FAAC;
Fundo Municipal de Saúde - FMS;
Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA;
Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente - FMCA;
Fundo Municipal da Cultura - FMC;
Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente - FMAD;
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba - FEPPGM;
Fundo Municipal Provisional de Previdência - FMPP;
Fundo Municipal de Prevenção às Drogas - FMPD;
Fundo Municipal de Defesa Civil - FMDC;
Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMDE;
Fundo Municipal do Trabalho – FMT;
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMPI;
Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – FUMSAN;
Fundo de Recuperação de Calçadas – FUNRECAL.

2.4 – Poder Legislativo

Câmara Municipal de Curitiba – CMC.

Não fazem parte desta consolidação, as demonstrações das seguintes Empresas de Economia Mista, por se tratarem de empresas **não** dependentes e as Organizações Sociais Autônomas:

Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB;
Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A;
Urbanização de Curitiba S/A - URBS;
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S/A.
Instituto Curitiba de Saúde - ICS;
Instituto Curitiba de Informática - ICI;
Instituto Curitiba de Arte e Cultura - ICAC.

A partir de 2013 o Instituto Curitiba de Saúde – ICS, Instituto Curitiba de Informática – ICI e Instituto Curitiba de Arte e Cultura - ICAC foram excluídas da Consolidação por não integrarem mais o Orçamento Geral do Município.

O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Curitiba – FEPM, entidade autônoma em 2013, foi incorporado na Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC, sendo a partir do ano seguinte controlado através de uma unidade orçamentária vinculado à Procuradoria Geral do Município – PGM.

3 – Principais Práticas Contábeis

Evidenciaremos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas durante o exercício de 2013:

- Execução da Receita Orçamentária e da Despesa Orçamentária – Balanço Orçamentário

A apropriação da Receita Orçamentária é pela sua arrecadação e da Despesa Orçamentária pela emissão do empenho, respeitando-se o Regime Orçamentário preconizado no art. 35 da lei 4.320/64.

Resultado Orçamentário		
	Previsão	Execução
Receitas	6.682.539.721,03	6.165.394.415,37
	Fixação	Execução
Despesas	6.802.908.663,86	6.218.940.248,66
Resultado do Balanço Orçamentário	(120.368.942,83)	(53.545.833,29)
(+) Saldo de Exercícios Anteriores	120.368.942,83	102.406.483,52
Resultado Orçamentário Ajustado	-	48.860.650,23

No Balanço Orçamentário, na coluna “Previsão”, os valores, em relação à Lei nº 14.218/12 – Lei Orçamentária Anual, foram atualizados em função dos reflexos da reestimativa de Receita utilizada para abertura de Créditos Adicionais e novas naturezas de Receitas. No caso das Despesas, esta coluna representa os valores das dotações iniciais e os Créditos Adicionais abertos ou reabertos no exercício, deduzidas as anulações, cancelamentos ou remanejamentos correspondentes.

Ainda na coluna “Previsão” deste Balanço, o aparente Déficit entre a previsão da Receita e a fixação da Despesa, corresponde aos Créditos Adicionais abertos no exercício com base no Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 120.368.942,83. Esclarece-se que não se efetua novo registro de Receitas, tendo em vista que estas tiveram sua escrituração no exercício em que foram arrecadadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Em 2013 a Receita Orçamentária alcançou um montante de R\$ 6.165.394.415,37 e a Despesa Orçamentária alcançou um montante de R\$ 6.218.940.248,66. No confronto entre a Execução da Receita e Despesa, no exercício de 2013, o Resultado Orçamentário apresentou um Déficit de R\$ 53.545.833,29. Considerando os empenhos vinculados a recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores o Resultado Orçamentário Ajustado apresentou um Superávit de R\$ 48.860.650,23.

- Critérios de Avaliação do Ativo – Balanço Patrimonial

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – foram mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os valores depositados nas contas correntes bancárias com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. O valor constante na rubrica caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2013 é de R\$ 476.323.891,08.

Conta	2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	476.323.891,08

b) Créditos Tributários e Dívida Ativa a Receber – referem-se aos créditos tributários de competência do Município e correspondem às movimentações ocorridas durante o exercício, relativos às Inscrições, Cancelamentos por processo e baixas por Pagamento, contabilizados com base nas informações do Sistema de Gestão Tributária Municipal - GTM até o dia 31/12/2013, sendo os pagamentos convertidos em receita orçamentária. As atualizações e a provisão para perdas dos créditos tributários e dívida ativa estão em análise e desenvolvimento de processos junto à Secretaria Municipal de Finanças e Procuradoria Geral do Município.

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) em que o Município realiza o Lançamento dos valores devidos pelos contribuintes. Correspondem a tributos lançados por declaração do contribuinte (Art. 147 do Código Tributário Nacional – CTN), como o ITBI ou de ofício (Art. 149 do CTN), quando o Município efetua diretamente o lançamento, por determinação legal, como é o caso do IPTU, ISSQN fixo, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Renovação de Alvará.

O lançamento no Balanço Patrimonial destes valores como Créditos Tributários a Receber começou a ser efetuado pelo Município em 2013, sendo que até o ano de 2012 estavam contabilizados em contas de compensação, alinhando assim a exigência do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não, com base no fato gerador, conforme prevista no Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais. O valor ajustado, em 01 de janeiro de 2013, corresponde ao valor de R\$ 439.141.826,52, conforme demonstrado no quadro abaixo:

AJUSTE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – MUDANÇA DE CRITÉRIO	439.141.826,52
IPTU	40.504.091,66
ISS	394.170.635,99
Taxas	4.433.404,76
Contribuição de Melhorias	33.694,11

c) Créditos de Transferências a Receber - referem-se aos créditos junto à União e ao Estado das transferências intergovernamentais arrecadadas em 2012 e não repassadas ao Município até o fechamento do exercício anterior. A composição dos Créditos de Transferências a Receber corresponde ao montante de R\$ 20.529.435,63, conforme quadro abaixo:

CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	20.529.435,63
UNIÃO	10.823.357,26
Cota-Parte FPM	12.995.894,95
Cota-Parte IPI-Exportação	533.301,61
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	(2.705.839,30)
ESTADO	9.706.078,37
Cota-Parte ICMS	3.402.344,64
Cota-Parte IPVA	37.459,68
Transferência de Recursos do FUNDEB	6.954.234,91
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	(687.960,86)

d) Demais Créditos estão avaliados pelo valor de recebimentos, conforme quadro abaixo:

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	105.544.310,99
Dívida Ativa de Créditos Não Tributários	25.736.299,97
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	74.350.821,89
Créditos a Receber Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	3.537.511,97
Créditos a Receber Fundo Municipal de Assistência Social	1.425.662,73
Demais Créditos a Curto Prazo	494.014,43

e) Investimentos e Aplicações Temporárias – referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Correspondem aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

f) Estoques – referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e estão registradas pelos valores de custo.

g) Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente – Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

h) Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

i) Investimentos – Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e

que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. A composição dos Investimentos corresponde ao montante de R\$ 718.436.422,83, conforme quadro abaixo:

INVESTIMENTOS	718.436.422,83
PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS	505.093.921,13
Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB	341.098.970,13
Urbanização de Curitiba S/A – URBS	74.847.691,00
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba	89.147.260,00
AUMENTO DE CAPITAL EM ANDAMENTO	74.890.233,967
Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB	69.122.833,97
Urbanização de Curitiba S/A – URBS	5.160.000,00
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba	607.400,00
INVESTIMENTOS RPPS	138.195.336,71
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	256.931,02

j) Imobilizado – No Balanço Patrimonial, os valores do grupo de Bens foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

A contabilização da depreciação dos bens móveis está calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens e seu percentual residual ao final do período, observando os critérios estabelecidos pela Secretaria da Fazenda Nacional, sendo o valor acumulado até 2013 demonstrado abaixo:

BENS MÓVEIS	233.016.327,99
Custo de Aquisição	238.771.902,49
(-) Depreciação Acumulada	(5.755.574,50)

O Controle dos Bens Imóveis pertencentes ao Município estão em análise e desenvolvimento de processos junto à Secretaria Municipal de Finanças e Departamento de Patrimônio visando à adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Foram ajustados no Exercício de 2013 os valores de Bens Móveis e Imóveis que não correspondiam ao critério de reconhecimento, mensuração e evidenciação com base no fato gerador, ou seja, a entrega dos bens, conforme prevista no Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Estes valores foram lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores, em 01 de janeiro de 2013, e correspondem aos Restos a Pagar Não-Processados de Bens Patrimoniais, conforme quadro abaixo:

AJUSTE BENS PATRIMONIAIS	
Bens Patrimoniais – saldo constante no B.P. Consolidado - 2012	1.514.481.962,17
Bens Móveis – Ajuste	(2.921.639,44)
Bens em Processo de Aquisição e Obras em Andamento - Ajuste	(35.837.469,61)
Bens Patrimoniais – saldo 2013 - após ajuste	1.475.722.853,12
AJUSTE TOTAL EM BENS PATRIMONIAIS – MUDANÇA DE CRITÉRIO	38.759.109,05

- Critérios de Avaliação do Passivo – Balanço Patrimonial

a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

b) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

c) Demais Obrigações a Curto Prazo - Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A composição do Passivo Circulante corresponde ao montante de R\$ 188.762.618,78, conforme quadro abaixo:

PASSIVO CIRCULANTE	188.762.618,78
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.	1.602.335,41
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	35.128.407,87
Demais Obrigações a Curto Prazo	152.031.875,50

Foram ajustados no Exercício de 2013 os valores correspondentes aos Restos a Pagar Não-Processados que não correspondiam ao critério de reconhecimento, mensuração e evidenciação com base no fato gerador, ou seja, a fase da liquidação da despesa, conforme prevista no Manual de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - MCASP – Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Estes valores foram lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores, em 01 de janeiro de 2013, e correspondem aos Restos a Pagar Não-Processados, conforme quadro abaixo:

AJUSTE PASSIVO FINANCEIRO – MUDANÇA DE CRITÉRIO	138.924.567,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.	61.689,28
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	138.806.175,36
Demais Obrigações a Curto Prazo	56.702,36

d) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo - Correspondem as dívidas oriundas de precatórios trabalhistas contabilizadas conforme informações da Procuradoria Geral do Município – PGM confrontadas com as informações recebidas dos Tribunais de Justiça e do Trabalho até o fechamento do presente balanço.

e) Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo - Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos.

A Dívida Fundada Externa é reconvertida para Real na data da liberação e atualizada pelos índices contratuais, quais sejam: Dólar Americano (US\$), IENE (¥) e EURO (€).

Em referência à Dívida Fundada Interna, esta é atualizada pelos índices: Taxa Referencial Acumulada (TR), Unidade Padrão de Referência (UPR) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme o caso.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	760.513.634,38
Dívida Interna	228.165.198,42
Dívida Externa	354.956.164,64
Novação Lei nº 14.263/2013	177.392.271,32

f) Fornecedores a Longo Prazo - Correspondem as dívidas oriundas de precatórios contabilizadas conforme informações recebidas dos Tribunais de Justiça até o fechamento do presente balanço.

g) Obrigações Fiscais a Longo Prazo - Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Os parcelamentos do INSS e PASEP estão atualizados pelos índices da Taxa SELIC e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme demonstrativos, fornecidos pelo Ministério da Previdência Social e Secretaria Receita Federal, indicando o saldo em 31 de dezembro de 2013.

Na rubrica PASEP, em virtude de desconto concedido através da Lei Federal 12.810/2013, ocorreu o ajuste devido à redução da dívida em R\$ 38.421.052,35, com isso o valor passou de R\$ 115.676.370,84 para R\$ 77.257.318,49.

Quanto ao INSS, impende informar que o valor devido encontrava-se sub judice em Apelação Cível nº 5006928-93.2011.404.7000, interposta junto à União – Fazenda Nacional, e através de requerimento de desistência constituído por parte do Município, em 30/08/2013, em razão de adesão ao parcelamento/redução de valor regido pela Lei Federal 12.810/2013, foi então contabilizado o valor ajustado de R\$ 8.348.348,79, conforme quadro abaixo:

Ajustes pela Lei 12.810/2013	Valor anterior	Ajuste	Valor Após Ajuste
PASEP – Ajuste em 30/08/2013	115.676.370,84	(38.421.052,35)	77.257.318,49
INSS – Lançamento em 15/08/2013	14.158.484,19	(4.523.000,47)	8.348.348,79

h) Provisões a Longo Prazo – Correspondem às provisões matemáticas previdenciárias e estão contabilizadas conforme as premissas atuariais, financeiras e demográficas utilizadas para a execução da Avaliação Atuarial para o Sistema Previdenciário do Município de Curitiba.

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	1.150.428.904,69
Provisões de Benefícios Concedidos	4.441.687.099,28
Provisões de Benefícios a Conceder	4.736.202.417,61
Plano de Amortização	(8.166.135.078,66)
Provisões Atuariais para ajustes do Plano Previdenciário	138.674.466,46

- Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial Consolidado no exercício de 2013, apresentado no Demonstrativo Consolidado das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, foi um Superávit de R\$ 366.609.903,39. Segue discriminação do Saldo Patrimonial Consolidado do exercício de 2013:

Saldo Patrimonial Acumulado em 2012	2.782.467.727,79
Resultado Patrimonial de 2013	366.609.903,39
Ajuste de exercícios anteriores	542.262.435,64
Superávit resultantes de extinção, fusão e cisão	1.212.529,91
Exclusão de Entidades do Orçamento 2013 – ICS, ICI e ICAC	(25.894.724,84)
Saldo Patrimonial Acumulado em 2013	3.666.567.871,89

Contador: ANTONIO DE OLIVEIRA - CRC Nº 021.153/O-7